



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº <u>1409</u> / <u>20</u>
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			
<p>Requer ao Governador do Estado, com cópia ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura e Serviços Públicos - DER, informações e providências quanto à recuperação da RO-391, no trecho de acesso à "Rodovia do Boi" no município de Chupinguaia, Estado de Rondônia.</p> <p>O Deputado que ao final subscreve, nos termos dos artigos 29, incisos XVIII e XXXIV e 31, § 3º ambos da Constituição Estadual c/c os artigos 67, inciso II; 146, inciso IX; 172 e 179 do Regimento Interno desta Casa, requer informações e providências quanto ao andamento da recuperação da RO-391, no trecho de acesso à "Rodovia do Boi" no município de Chupinguaia, Estado de Rondônia.</p> <p>Em tempo, vale ressaltar que o presente Requerimento tem como propósito, obter informações quanto ao andamento da recuperação da RO-391, no trecho de acesso à "Rodovia do Boi" no município de Chupinguaia, visando a melhoria de condições de segurança, zelo pelas vidas dos condutores que necessitam utilizar como via de acesso e diminuindo assim eventuais acidentes.</p> <p>Destaca-se a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade.</p> <p>Plenário das Deliberações, 07 de dezembro de 2020.</p> <p><b>Deputado Estadual ANDERSON PEREIRA</b> PROS</p>			



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
	AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS		
<p style="text-align: center;"><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>Excelentíssimo Senhor Presidente, Nobres Parlamentares,</p> <p>A presente proposição, com base nos artigos 29, XVIII e XXXIV e 31, § 3º da Constituição Estadual combinados com os artigos 67, inciso II; 146, inciso IX; 172 e 179 do Regimento Interno, tem, por objetivo, requerer informações e providências quanto ao andamento da recuperação da RO-391, no trecho de acesso à “Rodovia do Boi” no município de Chupinguaia, Estado de Rondônia, tendo em vista que o serviço visa melhorar as condições de segurança e zelo pelas vidas dos condutores que necessitam utilizar como via de acesso a referida RO.</p> <p>Isto posto, é de competência privativa da Assembleia Legislativa, conforme o artigo 29, XVIII e XXXVI da Constituição Estadual, fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta, além dos atos administrativos e financeiros das Instituições mantidas pelo Poder Público.</p> <p>Neste contexto, é legítima a presente proposição, vez que, com a realização do serviço, os usuários, que alegam que a RO-391 está em péssimo estado de conservação, apresentando desgastes, que dificultam e trazem riscos aos diversos agricultores e condutores que utilizam a estrada para se locomoverem de suas propriedades, teriam assim a diminuição de eventuais acidentes decorridos de sua precariedade e melhorando a trafegabilidade desses que lá necessitam transitar.</p> <p>Ademais o serviço de recuperação da referida RO, possui imensa representatividade econômica e social visando incentivar, auxiliar e incrementar a economia, não só municipal como também do próprio Estado, no tocante ao transporte de produção que passa diariamente por aquela região.</p>			





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia  
Deputado Estadual Anderson Pereira

PROTOCOLO		REQUERIMENTO	Nº _____ / _____
AUTOR: DEPUTADO ANDERSON PEREIRA - PROS			
<p>Igualmente, merece destaque a necessidade de apresentação de resposta pelo Órgão solicitado, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do recebimento, importando a inércia em crime de responsabilidade, vejamos:</p> <p>“Art. 31. [...]”</p> <p>§ 3º. A Mesa da Assembleia Legislativa pode encaminhar pedido de informações ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado e aos Diretores de órgãos e empresas públicas, <b><u>implicando em crime de responsabilidade, nos termos da lei</u></b>, a recusa ou não atendimento no prazo de dez dias, bem como a prestação de informações falsas”. (Grifo nosso)</p> <p>Desta forma, esclarece-se a razão pela qual esta Casa apresenta a presente proposição, visando melhorar as condições de segurança e garantindo melhor trafegabilidade à população que poderá usufruir de um serviço realizado com qualidade.</p> <p>Isto posto, ante a relevância do pleito requer o apoio dos Nobres Pares para o encaminhamento do presente Requerimento.</p> <p style="text-align: right;"></p>			